

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(A Sr.^a Presidenta procede à leitura do expediente.)

Submeto ao plenário as seguintes atas: 25^a e 26^a ordinárias, ocorridas nos dias 9 e 10 de abril de 2019, respectivamente; 3^a extraordinária, ocorrida no dia 9 de abril de 2019; 12^a e 13^a especiais, ocorridas nos dias 11 e 12 de abril de 2019, respectivamente, e o termo de abertura, ocorrido no dia 11 de abril 2019.

Em discussão as atas e o termo de abertura de sessão que acabaram de ser lidos. (Pausa) Encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovados.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pequeno Expediente. Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Robinson Almeida, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr.^a. Presidenta, Srs. e Sr.^{as} Deputados, quero aqui, hoje, parabenizar o governador Rui Costa que, no dia de ontem, no município de Morro do Chapéu, completou 500 viagens a trabalho no interior da Bahia. São 4 anos, 3 meses e alguns dias de governo. E ele tem batido todos os recordes em relação a visita aos municípios baianos e visitas para inaugurar obras, para autorizar serviços, para levar melhorias de vida para a nossa população.

Na semana passada, estive junto com ele, no Recôncavo Baiano, no município de Sapeaçu, na entrega de uma importante rodovia que liga esse município até Castro Alves e, também, para a inauguração de sistema de água e reforma de escola estadual. E acompanhei o governador numa visita a uma escola local onde pude ver toda sua dedicação numa reunião com estudantes, com professores, com servidores, levantando as demandas daquele complexo escolar e tomando medidas práticas para melhorar as instalações físicas e, também, envolver a comunidade escolar no seu

projeto, na sua determinação de melhorar a educação pública na Bahia. Então, meus parabéns, governador, por esse marco inédito de 500 viagens ao interior do estado.

Por outro lado, Sr.^a Presidenta, eu tenho que, aqui, repudiar mais uma atitude nefasta para o povo brasileiro impetrada pelo presidente Bolsonaro. Ele anunciou o fim do aumento real do salário mínimo. É um duro golpe ao nosso povo trabalhador, é um duro golpe aos aposentados, é um duro golpe à economia nacional, à economia dos municípios, porque o salário mínimo é a base da remuneração na nossa sociedade. E é a partir do seu ganho real, do seu valor que a gente tem uma economia mais fortalecida, mais vitalizada: se vende mais, se compra mais, o comércio funciona com mais dinamismo, e a gente tem a roda da economia girando com mais força.

Esse presidente, que não gosta do país, que não gosta dos mais pobres, que não gosta dos trabalhadores, que não gosta dos aposentados, breou uma política importantíssima de desenvolvimento econômico, que é a valorização do salário mínimo. Então, aqui meu repúdio a mais uma atitude ruim para o Brasil, ruim para a nossa economia, vinda do governo federal.

Além disso, Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, o presidente Bolsonaro tomou uma atitude de ataque a nossa democracia, um violento ataque a nossa democracia, mais uma medida autoritária do seu governo: ele mandou cancelar a existência, fechar, proibir o funcionamento dos conselhos de participação social. Os conselhos de participação social fazem parte da nossa democracia, é a democracia participativa, por onde a sociedade civil pode expressar suas opiniões, através de conferências e depois dos conselhos. É onde se formulam políticas públicas, é onde o povo pode interagir com os governantes. E ele simplesmente extinguiu os conselhos e vários órgãos de participação, chegando a 700 unidades dessas que foram extintas.

Então é um acinte, é uma medida autoritária! Esse presidente, que tem uma vocação para ditador, que não gosta da democracia, que não gosta da participação popular, que quer acabar com esse legado de reconstrução democrática que vem desde 85 no nosso país... Não são uma invenção do PT, os conselhos. Os conselhos existem

como uma reivindicação da sociedade civil, têm contribuições importantes, como o Conselho das Cidades, que formulou as grandes...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campanhas.)

(...) políticas públicas contemporâneas para a gente conviver com mais harmonia, com mais mobilidade, com mais serviços públicos nos grandes centros urbanos. O Conselho de Segurança Nacional ele também extinguiu! Órgão importantíssimo para interagir com a comunidade acadêmica, comunidade científica, com os pesquisadores para poder formular as alternativas para esse momento.

Meu repúdio ao ditador Bolsonaro!

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campanhas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra à deputada Olívia Santana pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr.^a Presidente, colegas deputados, deputadas, servidores desta Casa, eu quero, aqui, fazer minhas as palavras do deputado Robinson Almeida, porque nós ficamos todos indignados e indignadas com a atitude do presidente Jair Bolsonaro, que tomou essa decisão de enviar a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Congresso, rompendo com a política de fortalecimento do salário mínimo. Na proposta da LDO, o valor do piso do salário mínimo passa a ser R\$ 1.040,00, e a proposta está indicada para 2020, rompendo com aquela política de ganho real e de atualização do salário mínimo, de acordo com os índices da inflação.

Atualmente, nós temos um salário mínimo de R\$ 998,00. Portanto nós temos entendimento que, numa crise econômica brutal, como essa que nós estamos vivendo, é fundamental que aqueles que já ganham tão pouco – milhões de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros que ganham, que vivem, sustentam suas famílias com apenas um salário mínimo – tenham a manutenção, pelo menos, da política que foi conquistada com tanto diálogo, com tanto debate entre o governo federal e os movimentos sociais, especialmente as centrais de trabalhadores, o movimento sindical. A partir do governo

Lula, da presidenta Dilma, foi instalada uma mesa de negociação, de discussão, e se chegou a essa conclusão da necessidade de manter, sempre, uma política estabilizada de fortalecimento do salário mínimo em nosso país.

Quando Lula assumiu o governo, todo o movimento social fazia uma ação, uma pressão – foi acolhido, foi parte, foi bandeira, inclusive, do governo Lula – para que o salário mínimo no Brasil chegasse a US\$ 100. Lula saiu do governo, o salário já estava batendo em US\$ 300. Essa política que foi assinada agora pelo presidente Bolsonaro é mais uma ação de retrocesso. É uma política nefasta, é uma política que tem os pequenos como alvo. É impressionante! Basta olhar a reforma da Previdência, e a gente vê o quão mesquinho é esse presidente da República.

É um presidente que tira de quem não tem. E agora, com essa atitude de fragilizar ainda mais o salário mínimo, significa que nós não podemos ter nenhuma dúvida, nenhuma ilusão com esse governo. Esse governo não tem compromisso nenhum com quem mais precisa. Os pretos, os pobres, os trabalhadores rurais, os pequenos, aqueles que ganham tão pouco para garantir minimamente a sua sobrevivência viraram um alvo de ataque.

A política do ódio, implantada pelo presidente Bolsonaro, é dirigida também aos trabalhadores e trabalhadoras. E é muito importante que os prefeitos fiquem em estado de alerta em relação a essa política nefasta, porque isso significará menos dinheiro circulando nos municípios, significará mais precariedade, mais carência, mais ampliação das necessidades da população...

Diga, deputada. Eu ainda tenho um minuto, não?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Eu queria... Chegou às nossas mãos um requerimento dirigido ao (Lê): “*Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia*

Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92...”

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente. Não, eu vou esperar.

O Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem...

O Sr. Alan Sanches: Não, eu espero. Eu vou esperar a deputada, minha colega Olívia, terminar.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): “(...) *do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar:*

O projeto de Lei n.º 22.998/2018, de Autoriza do Poder Executivo, que prestar contragarantia à União em operação de crédito externa a ser celebrada entre a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – EMBASA e a KFW Entwicklungsbank, e dá outras providências.

O projeto de Lei n.º 23.065/2019, de Autoriza do Poder Executivo, que Altera a Lei n.º 11.918, de 16 de junho de 2010, na forma que indica.

O projeto de Lei n.º 23.155/2019, de autoria do Poder Executivo, que Ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - Consórcio Nordeste e o Convênio de Cooperação firmado entre o Estado da Bahia e o Estado do Ceará.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2019.”

Assinado por mais de 21 Srs. Deputados.

Retorno a palavra à deputada Olívia Santana pelo tempo de 1 minuto. Um minuto e 43 segundos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Obrigada, presidenta. Eu quero, portanto, encerrar aqui a minha fala com relação a este ponto do salário mínimo, expressando o meu repúdio, o meu protesto a esse golpe, mais um golpe contra os direitos dos trabalhadores.

Em outra ordem, presidenta, eu quero aqui dizer que estive, também, neste final de semana, em São Francisco do Conde e, também, em Santo Amaro. E quero abraçar o povo santamarense, que agora teve uma conquista importante: a inauguração da clínica...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) de hemodiálise. E eu quero lembrar que o nosso ex-deputado estadual Paulo da Anunciação faleceu exatamente como paciente renal. E é muito importante fortalecer a política de saúde. E, hoje, Santo Amaro conta com uma clínica que foi aberta em parceria também com o governo do estado para atender os pacientes renais de todo o Recôncavo baiano.

E faço um apelo aqui ao governador Rui Costa – que...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) eu sei que tem feito uma série de investimentos. Ontem, completou o número 500 de viagens ao interior –, peço que olhe também para a recuperação da ponte central da cidade de Santo Amaro, que é muito importante para a população, principalmente, nesse momento de fortes chuvas...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) que tem precarizado ainda mais...

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) a infraestrutura dos nossos municípios.

Obrigada, presidenta.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Alan Sanches: Presidente, pela ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Eu queria apelar hoje aqui para o deputado Rosemberg, ele que sempre apela para a nossa bancada. Hoje, eu gostaria que o deputado Rosemberg reconhecesse que não terá número para fazer essa votação, nem na comissão e, talvez, nem no plenário, os 32.

Então gostaria que o amigo Rosemberg, que já está assim tão solidário com a Semana Santa, a Páscoa que se avizinha já, pudesse reconhecer que, mais uma vez, não tiveram quórum hoje na sessão conjunta da CCJ com Assuntos Territoriais, não

tiveram ontem nas comissões e hoje não terão. Que reconhecesse que esta semana, realmente, foi perdida para o deputado Rosemberg.

E eu gostaria que a senhora abrisse os 15 minutos e fizesse – até para ajudá-lo, para que ele não precisasse chamar –, que a senhora convocasse todos os deputados que estão na Casa, resolvendo os outros afazeres relacionados ao mandato, e fizesse a verificação do quórum, que, com certeza, ele não terá.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto, Líder da Maioria.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr.^a Presidenta, eu respeito muito o deputado Alan e o tenho na relação de amigo. Mas, olhe bem, quem perde não é o deputado “a” ou o deputado “b”, quem perde é a população baiana.

Os interesses... Hoje as comissões de Constituição e Justiça e divisão territorial... Na realidade, não há nenhum interesse da Base do Governo para esse projeto, nenhum. Mas há um interesse muito grande de municípios, para que se possa criar um processo de regulação junto ao IBGE, porque isso pode, se não votarmos até o dia 30, trazer um prejuízo para o município. Então, a responsabilidade deixa de ser da Base do Governo, que quer votar. Não é nossa. Então, hoje, lá, sem nenhum problema. Eu apenas cumpri o meu papel de fazer – atendendo ao presidente da Casa, que solicitou uma comissão conjunta –, de colocar os deputados. A Oposição não foi. O vice-presidente da comissão chegou lá e pediu para todos saírem. Ou seja, tem interesse, aqui, da base do deputado Luciano Simões, da base do deputado Rogério Andrade, que têm interesse. E isso repercute financeiramente. Então, não é o governador Rui Costa que perde com isso.

Esse projeto da Embasa, eu tenho insistido que a gente vote, deputado Jânio, porque é um projeto que gera sustentabilidade. É o primeiro projeto que a Embasa vai fazer aqui na Bahia. Só tem um no Brasil, que é em São Paulo, que apenas usa a

reutilização da água. Mas esse projeto da Bahia é um projeto inovador, que, além de fazer o reuso da água no tratamento de esgotamento sanitário, vai transformar em biogás, gerando receita para o estado. Ou seja, é algo inovador.

E, se a gente achar que vai se vangloriar pelo fato de atrasar projetos dessa dimensão, eu acho que nós estamos fazendo um papel errado aqui na Casa. Não é a Semana Santa. Eu me organizei, nossa base está organizada para passar a Sexta-Feira Santa com a família, mas segunda e terça... Ainda ontem, um jornalista me perguntou – perguntou a mim e perguntou ao deputado Targino – sobre o que faltou para não ter votação. É que nós não temos tradição de votar na segunda-feira. Vários deputados estavam, inclusive, acompanhando a agenda do governador. Eu fiz um esforço em votar na segunda-feira, porque, hoje, alguns deputados iriam a Brasília para fazer coro contra a reforma da Previdência. E eu quero agradecer a oito deputados que desistiram de ir a Brasília, para permanecerem aqui para a gente votar esse projeto, prioritariamente, da Embasa.

Então, eu sei que, às vezes, a gente tem isso. A imprensa veio me perguntar: “Tem alguma insatisfação?” Não, não tem insatisfação. O que tem é que nós não temos tradição de votar na segunda-feira. Mas eu gostaria muito que me perguntassem qual era a importância desse projeto da Embasa ser votado na Casa. Mas ninguém me pergunta isso. Só me pergunta se tem briga ou se não tem briga. Eu acho que isso é que é ruim do ponto de vista de se publicizar o trabalho da Assembleia Legislativa.

É um projeto extremamente importante para a Bahia. As disputas de ideias aqui acontecem e vão acontecer, mas parece que isso passa a ser a prioridade e não o projeto.

Então, eu queria, minha querida presidenta, que V. Ex.^a, atendendo ao pedido do deputado Alan, marcasse o tempo regimental de 15 minutos e chamasse nominalmente os deputados para dar continuidade à presente sessão.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Targino Machado: Questão de ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, o deputado Alan Sanches pediu a questão de ordem completa. Não caberia essa do deputado Rosemberg Pinto contraditar pela razão mesma que ele já pediu completa. Pediu que V. Ex.^a zerasse o painel, que abrisse o tempo dos 15 minutos. Se ele quisesse falar, falasse depois.

Na verdade, Ex.^a, eu quero que V. Ex.^a produza os efeitos...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Vou fazer, deputado. V. Ex.^a também será atendido.

Solicito que zerem o painel e marquem os 15 minutos.

Convoco os deputados que estejam nos diversos espaços desta Casa, seja na biblioteca, seja nos seus gabinetes, seja em reuniões nas comissões, nas salas das comissões, a estarem presentes. Existe um pedido de verificação de quórum solicitado pelo deputado Alan Sanches e peço que todos marquem presença. Existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Precisamos de 21 Srs. Deputados no plenário da Casa. Hoje temos um importante projeto a ser votado aqui, na Casa, que já foi explicitado pelo deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Questão de ordem, Sr.^a Presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem, deputado Jacó.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Sr.^a Presidenta, colegas, nobres deputados, enquanto o pessoal se aproxima, vou dar essa questão de ordem. Primeiramente, eu gostaria de parabenizar a professora Rosa Fortes Lorenzo e as estudantes Érica, Bruna, Bianca, Eucilene e Andréia, turma do Campus 15 da Universidade Estadual da Bahia, Uneb, pela presença hoje, pela manhã, nas comissões da Igualdade, da Saúde e da Educação. Elas estão aqui, na tribuna da Casa.

Essas jovens estudantes de baixa renda, cotistas da Uneb, foram inscritas num evento internacional, uma competição internacional simulada do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, em Washington, nos Estados Unidos. Elas estão nos fazendo uma visita, e estão pedindo o apoio desta Casa, dos deputados, porque elas estão numa batalha para conseguir mobilizar os recursos para viabilizar a sua viagem, a viagem da equipe.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Solicito...

O Sr. Jacó Lula da Silva: Peço a ajuda dos nossos colegas para que a gente possa viabilizar esse apoio para elas.

Alguma coisa, Sr.^a Presidenta?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Solicito ao deputado Alan Sanches, que fez o pedido de verificação de quórum, que dê presença, por favor.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Gostaria de, também, Sr.^a Presidenta... Nessa semana estive em Gentio do Ouro com Júnior, uma liderança importante; com o vereador Adilton; com Ivonilton, ex-prefeito; com Gil de Luizinha; com Carlinhos de Riacho; enfim, com várias lideranças. E eu fiquei muito preocupado, estarrecido com a situação do município de Gentio do Ouro.

(Lê) “A população do município de Gentio do Ouro se revolta com o descaso, morosidade e total despreparo da atual gestão do prefeito Robério na aplicação dos recursos próprios e convênios dos governos estadual e federal destinados àquele município.

A exemplo, estão a conclusão das quadras poliesportiva de Gameleira do Assuruá e Ibitunane, R\$ 600 mil cada; prédio escolar da Pituba, R\$ 1 milhão; melhorias habitacionais na comunidade quilombola de Alagoinhas, R\$ 255 mil; entre outras iniciadas ainda na gestão passada e que até o momento estão atrasadas ou paralisadas.

Reforma e ampliação do estádio municipal, em que nem sequer a terraplanagem foi concluída e encontra-se atrasadíssima, e o recurso já está em conta há meses.

A construção do hospital municipal, com aparelhos de ultrassom e raios-X, que foi uma promessa de campanha, foi uma bandeira de campanha e até o momento nem saiu do papel.

Recuperação das estradas vicinais, a exemplo da sede à comunidade de Desterro; do trecho que liga São Gonçalo, Gentio do Chagas, Umbaúba, Limoeiro e Mato Grosso; essas estradas estão em situação deplorável.

A atual gestão, mesmo estando capitalizada, com recursos das eólicas em conta, não se mostra preparada, com interesse para resolver os problemas da vida do povo de Gentio do Ouro, que tanto sofre.”

Então, fica aqui o nosso repúdio e o nosso pedido de providências.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Concluindo, Sr.^a Presidente.

E queria também cobrar providências ao Ministério Público, porque eu encontrei lá várias denúncias com relação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que está cobrando dos agricultores familiares para entregar o Certificado Ambiental Rural, o CAR/CEFIR, que foi feito pelo governo do estado, programa do governo do estado. Para entregar esses cadastros, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gentio do Ouro está cobrando da população, bem como cobrando taxas para entregar a DAP, que é a Declaração de Aptidão ao Pronap. E eu gostaria de pedir providências.

Então, fica aqui o meu repúdio, o meu pedido de providências para estancar esse tipo de procedimento que tanto mal tem causado aos agricultores familiares do município de Gentio do Ouro.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Pela ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra, pela ordem, ao deputado Marcelino Galo, chamando mais uma vez os Srs. e Sr.^{as} Deputadas para darem presença na Casa. Existe um pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Alan Sanches.

Deputado Alan Sanches, V. Ex.^a ainda não deu presença.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Sr.^a Presidente, eu gostaria de convocar...

O Sr. Alan Sanches: Sr.^a Presidente, mais uma vez eu gostaria de que V. Ex.^a... algumas vezes que fui solicitado... presidente, que V. Ex.^a pudesse rever esses canais aqui. Já tentei do outro lado, já tentei aqui dar a presença e não consigo. É só por isso.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado Marcelino Galo com a palavra.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Sr.^a Presidente, eu gostaria de convocar todos os deputados que estão nesta Casa haja vista a importância desta tarde de hoje para a gente discutir e aprovar, porque não vai ser um puro empréstimo, vai ser um projeto de um novo paradigma para o saneamento do Estado da Bahia.

Então, eu diria que agora nós vamos aprovar aqui um projeto que vai estabelecer um ciclo do saneamento, aquele que é o mais correto, mais moderno e mais sustentável, em que vai ser recolhida a água, que se destina ao abastecimento, aos múltiplos usos, e vai ser tratada nessa estação e vai ser devolvida de forma que possa ser reutilizada em seu próprio manancial. Então, o Rio Joanes vai ser o manancial que vai receber essa água de reuso.

Então, é um projeto de fundamental importância haja vista a quebra de paradigmas e a implantação de um novo paradigma. Então, vai quase que universalizar o tratamento do esgoto na cidade de Camaçari. E é bom ressaltar aqui que Camaçari é governado pela oposição. Vai quase universalizar o tratamento de esgoto no município de Dias d'Ávila. Então, é um projeto que vai beneficiar, principalmente, essa população da área da Região Metropolitana, população que ainda tem a falta desse serviço.

Então, eu diria que é preciso que a gente discuta, aprove, e que os deputados compreendam que isso é fundamental não para a oposição, não para o governo, mas para a população, sabendo que esses investimentos em saneamento repercutem de forma muito potente na saúde da população. Então, hoje teremos aqui a oportunidade

de implantar, se esse projeto for aprovado, a segunda estação de tratamento de esgoto do nosso país com uma forma tão sustentável, moderna e sofisticada.

Por isso, eu convoco a todos para que venham aqui dar presença, para que a gente possa aprovar esse projeto.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Eu queria, mais uma vez, solicitar a presença de todos os deputados no Plenário. Há um pedido de verificação de quórum do deputado Alan Sanches.

Eu convoco os deputados Alex da Piatã, Alex Lima, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Ivana Bastos, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Niltinho, Osni Cardoso, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Fátima Nunes, Zé Cocá, Zó, Vitor Bonfim.

Restabelecido o quórum.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Passo a palavra ao deputado Jacó, pelo tempo de 5 minutos.

Voltamos ao Pequeno Expediente.

Deputado Jacó, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr.^a Presidenta, colegas deputados, imprensa, a turma da Uneb que está nos prestigiando, os colegas da Casa, eu queria, aqui, relatar que no domingo eu estive no município de América Dourada, onde eu fui participar de um evento público para a entrega de um trator à Associação Comunitária Eldorado, fruto de uma emenda do deputado federal Valmir Assunção, com a nossa articulação.

Estiveram presentes à entrega várias lideranças comunitárias, como José Bonifácio, a quem eu mando o meu abraço, que é o presidente da associação; Rosemário Bispo, que é o nosso pré-candidato a prefeito, pelo PT, no município de América Dourada; o ex-vereador Lulinha; Roberto, da Associação de Lajedão dos Mateus; além de representantes da Associação Maximino.

Uma reunião, um evento muito proveitoso, muito positivo em que nós pudemos celebrar essa conquista. Com certeza, essa máquina vai ajudar e muito.

Queria também informar à população do nosso território de Irecê, o povo de Gentio do Ouro, Lapão, João Dourado e Barro Alto, que nós estamos aqui, na luta para evitar o fechamento das comarcas. Essas comarcas são imprescindíveis ao povo que mais precisa do nosso território para o acesso à Justiça. E quero dizer para o povo, para o nosso povo, que nós estamos aqui na trincheira, na defesa, para evitar que essa medida de negação do direito à justiça seja implementada em nosso estado.

Gostaria também, Sr.^a Presidenta, de reforçar que na semana passada eu estive no Inema junto com lideranças de Lapão: o vice-presidente do PT, Lucas Moraes; Júlio Leão; e o ex-vereador Orlando Moraes. Nós estivemos na sede do Inema para solicitar a revogação da Portaria nº 42.005/2009, que restringe o uso das águas subterrâneas no limite do rio Juá, o que possibilitará a autorização de outorga de água para o uso agropecuário.

Tratamos ainda de outras demandas da cidade de Lapão e discutimos a conjuntura política local.

Essa foi uma reunião importante. Na ocasião, inclusive, nós discutimos sobre essa questão da cobrança para a entrega do CEFIR, que é uma prática que está acontecendo pelo interior do estado, e essa prática é ilegal. O CEFIR feito pelo governo do estado, que contratou as empresas, sindicato nenhum pode cobrar para entregar esses certificados. Isso é crime! Isso precisa ser denunciado, e foi reforçado pela direção do Inema para nossas lideranças.

Por fim, eu queria também aproveitar e convocar os nobres deputados para que venham ao plenário, porque esse projeto do empréstimo da Embasa é de fundamental importância.

E eu queria, aqui, mandar um recado para o povo de Dias d'Ávila e de Camaçari: olhe, turma, a turma do DEM, a turma de ACM Neto, a turma aqui não quer votar o projeto que vai levar esgotamento sanitário para vocês!

Camaçari vai sair de 50% para 91% de esgotamento sanitário; Dias d'Ávila vai sair de 40% para quase 80% de esgotamento sanitário. É uma obra estruturante!

Alô, povo de Camaçari, entenda bem isso: a turma do prefeito é contra o projeto do saneamento básico que vai melhorar a vida desse povo. É um projeto ambientalmente correto, porque ele vai fazer o tratamento dos resíduos sólidos, vai gerar gás, vai gerar economia, vai gerar água potável, porque, inclusive, vai melhorar a qualidade da água do Rio Joanes.

Então, é um projeto fundamental, estruturante, inovador, inclusive com alto rigor técnico, porque esse banco alemão que financiou, ele financiou por conta da dimensão ambiental, da dimensão social. É um projeto redondo, é...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) um projeto viável, sustentável economicamente, socialmente falando. E a turma do prefeito de Camaçari, a turma do prefeito...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: (...) ACM Neto aqui, nesta Casa, se posiciona contra esse projeto, mostrando que eles não têm o interesse de melhorar a vida do povo do nosso estado. Estão naquela política do quanto pior, melhor.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Hilton Coelho, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Sr.^a Presidenta, nós não tivemos a oportunidade de falar ontem nesta tribuna, mas quero reforçar que já obtivemos algumas assinaturas

de várias deputadas e deputados, que assinaram nosso requerimento pela criação da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social.

Para nós, é muito importante ter o apoio de 21 deputadas e deputados desta Casa e nós tocamos à frente, porque urge pôr fim a essa ameaça que o presidente Jair Bolsonaro e todo o seu grupo de milicianos fazem ao povo brasileiro.

Então, o debate está acontecendo na sociedade, a discussão sobre uma possível greve geral que venha a ser uma greve mais forte do que a de 2017 já está a todo vapor no movimento sindical. E nós precisamos que todos os parlamentos deste país se posicionem em relação a esse verdadeiro absurdo.

Então, queremos, aqui, mais uma vez, pedir a assinatura do conjunto das deputadas e deputados no requerimento, para a criação da frente.

Sr.^a Presidenta, não poderemos deixar, também, de registrar, aqui, que no dia 21 deste mês de abril vai estar acontecendo a 7^a Caminhada de Tucano pela Paz. Essa caminhada foi criada por Pedro Henrique Santos, que era um lutador pelos direitos humanos na cidade. Ela começou a ir às ruas no ano de 2013 a partir da iniciativa do conjunto de lideranças do município.

E essa 7^a Caminhada, infelizmente, será dedicada à imortalidade de Pedro Henrique, porque no final de 2017, em dezembro... precisamente no dia 27 de dezembro de 2018, ele teve a sua casa invadida por três homens encapuzados, que, inclusive, deram voz de prisão a Pedro e o assassinaram friamente nas dependências da sua própria casa. Antes disso, eles haviam passado pela casa de familiares de Pedro, para saber onde ele estaria.

Então, é mais uma morte de um militante dos direitos humanos, que organiza a sociedade para lutar contra a violência policial, muitas vezes contra crimes que já são reconhecidos socialmente, mas que nós não percebemos uma postura firme, muito pelo contrário, da Secretaria da Segurança Pública para punir os culpados.

Essa caminhada, que vai acontecer no dia 21, será fortemente indignada, mas marcada pela tristeza. Nós não podemos compactuar, esta Casa, com seu silêncio, não pode compactuar com absurdos como esse.

Por isso, queria dizer que Paulo Henrique está presente, assim como Marielle e tantas outras e tantos outros lutadores por direitos humanos que, Brasil afora, estão sendo vítimas, muitas vezes, da própria violência policial. Antes de tudo, são ações norteadas por uma política de segurança que não visa dar segurança ao cidadão; na verdade, é uma política que parte da ideia de que o cidadão é uma espécie de inimigo interno, é um inimigo de guerra. É uma política feita de maneira minuciosa pelo atual secretário... aliás, feita por todos os governos que passaram pela Bahia, mas, infelizmente, o governo Rui Costa e o seu secretário Maurício Barbosa em nada se diferenciam.

Então, pedimos providências em relação a mais esse assassinato e dizemos: todo apoio ao movimento por direitos humanos na cidade de Tucano.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Zé Raimundo pelo tempo restante de 4 minutos.

Deputado Targino pediu para retirar o nome dele.

O Sr. Targino Machado: Eu vou falar...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Eu sei, no Grande Expediente.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Sr.^a Presidente, nobres colegas deputados, deputadas, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, a cidade de Vitória da Conquista está mergulhada em um verdadeiro caos do transporte urbano. O atual prefeito foi eleito prometendo resolver – segundo ele – o problema do transporte coletivo, área que, ao nosso ver, havia alguns desafios, algumas realidades que precisavam ser modificadas. E o prefeito, de forma demagógica, irresponsável, disse que iria legalizar as vans,

justamente, em uma cidade que tem duas empresas, com um marco regulatório dos melhores da Bahia.

Fomos a primeira cidade média, depois de Feira de Santana, a municipalizar o trânsito, ainda em 2002, 2003. Construimos ali uma estrutura de transporte que levava em conta todo um rigor de controle social, de observação de uma planilha de custos, ampliando gradativamente o acesso a um transporte de qualidade à população urbana e também rural nos distritos. E o prefeito, então candidato, ex-deputado estadual do PMDB, prometeu mundos e fundos e, de forma irresponsável, disse que iria legalizar o transporte coletivo. O que se viu foi um caos total.

Hoje, pasmem os senhores, segundo levantamento feito com uma certa sistematização, há 500 vans – 500 vans! – transportando nas linhas que são dessas duas empresas. Uma já saiu, abandonou o contrato; a outra empresa fez um contrato emergencial, mas também saiu agora. E a cidade está mergulhada num verdadeiro caos em termos de transporte urbano.

Uma realidade que nós construimos na primeira gestão do prefeito Guilherme e, modéstia à parte, na minha gestão, contratando o Instituto de Pesquisa Tecnológica de São Paulo para acompanhar, com suas assessorias, todas as dimensões do transporte coletivo, assim como o lixo, assim como o aterro sanitário.

E o atual prefeito simplesmente não legalizou, não regulamentou, e está lá esse caos. Dizem até que já há um poder paralelo entrando no transporte urbano de Vitória da Conquista. E o prefeito está perdido, brigando com todo mundo, com os assessores, com os partidos. Enfim, um caos total e uma irresponsabilidade.

Os assessores deles sabem, os engenheiros deles sabem, a cidade sabe que foi uma demagogia, uma irresponsabilidade política, Sr.^a Presidente. Todos nós – eu, o deputado Jean Fabrício, o deputado Waldenor Pereira – estamos preocupados, já que que construimos, dentro do nosso projeto político para a cidade, um transporte de qualidade. Hoje é um caos total. Não sabemos para onde iremos. Talvez, quem sabe, até uma intervenção será necessária se o prefeito não garantir...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) a governabilidade da cidade.

Por isso, deixo aqui o nosso repúdio, o nosso protesto. Isso mostra que a demagogia não é boa companheira de uma gestão democrática e eficaz.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Targino Machado, pelo tempo de 25 minutos.

Peço para contar o tempo do deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, senhores da imprensa, senhores funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, o objetivo do governo aqui, hoje, é conseguir votar um projeto, Sr. Presidente, que eles estão a fazer um esforço hercúleo para transformar o Satanás em cordeiro.

Na verdade, com toda a sua inteligência, o Líder do Governo, deputado Rosemberg, quer, através do malabarismo verbal... e ele é seguido por outros deputados, notadamente deputados de escol, a exemplo do deputado José Raimundo, que desta tribuna, antecedendo-me, buscou dourar a pílula.

Este é um projeto com o qual o Poder Executivo busca a autorização legislativa para prestar contragarantia à União em operação de crédito externa a ser celebrada entre a Empresa Baiana de Águas e Saneamento e a KFW, e dá outras providências. O valor dessa operação é de 60 milhões de euros, algo em torno de R\$ 260 milhões. Algo em torno disso... comprei euro ontem, Excelência, por isso está fresco na minha cabeça.

Pois bem, o art. 1º diz: (Lê) “Fica o Poder Executivo autorizado a prestar contragarantia à União para obter as garantias na operação de crédito externa até o valor equivalente a 60 milhões de euros, a ser celebrada entre a Embasa, como

mutuária, e a KFW, na qualidade de entidade financiadora, observadas as condições e exigências dos órgãos encarregados da política econômico-financeira da União”.

Aí começa a dificuldade do Estado. Aí começa a dificuldade de S. Ex.^{as}, deputados da Bancada governista, de mostrar como é que vai produzir efeitos através dessa operação de crédito, vez que, Srs. Deputados, a Bahia entrou na lista dos estados que são considerados, pela Secretaria do Tesouro Nacional, como incapazes de honrar dívidas contratadas. Isso porque a sua nota de capacidade de pagamento foi rebaixada de B para C. Com isso, o Estado da Bahia não poderá ter empréstimos que necessitem de garantia da União, aprovados pelo Senado Federal. Aí é que nasce o problema.

Esse projeto, mesmo que aprovado aqui, será uma criança natimorta. Natimorta porque não vai produzir efeito, porque, mesmo que o governo Bolsonaro quisesse, não poderia, já que há o impedimento legal. A Bahia nunca foi C; passou a ser C na época do governo Rui Costa – que tem sido muito ruim para a Bahia, independentemente da propaganda institucional, que tenta mostrar uma coisa como sendo outra.

A informação que trago aqui hoje, desta tribuna, não é minha. Foi divulgada pelo Relatório de Acompanhamento Fiscal publicado pela Instituição Fiscal Independente, órgão ligado ao Senado da República que realiza análise sobre questões macroeconômicas. E esse projeto, para produzir efeito, teria que ser aprovado pelo Senado; o mesmo Senado que tem um órgão a ele vinculado que rebaixou a nota do estado da Bahia.

(Lê) “De acordo com a publicação, as garantias concedidas pela União em operações de crédito externo e interno feitas por estados, municípios e entidades da administração indireta chegaram a R\$ 233,4 bilhões no final de 2017.

Entes federados e entidades da administração indireta dos três níveis de governo que têm nota A ou B, recebem a autorização de receber garantia federal em operações de crédito, enquanto os que recebem as notas C ou D, não...” Nem sequer

vai transitar no Senado da República. Isso é um óbice definitivo! Não estou trazendo aqui ilações ou opinião própria; estou trazendo fato concreto...

O Sr. Alan Sanches: Eu queria um aparte quando for possível, deputado Targino.

O Sr. TARGINO MACHADO: Eu lhe concederei em 1 minuto, Excelência.

(...) Antes, eu preciso dizer, deputado Alan, que, na prática, a União não vai mais poder servir de fiadora de empréstimos, que precisem do seu aval, para o governo da Bahia.

“(...) Segundo Relatório de Avaliação Fiscal emitido pela Instituição Fiscal Independente...” – aquele órgão vinculado ao Senado da República, que é quem aprova o aval da União – “(...) a vantagem de ter a garantia é que ‘o risco incorrido pelo credor passa a estar mais associado à situação da União do tomador, o que viabiliza a operação e reduz o seu custo’, explicou o órgão vinculado ao Senado Federal. Ou seja, com essa garantia, além de ser mais fácil ter a aprovação do empréstimo, os juros cobrados podem ser menores.”

Com o aparte, com muito prazer, o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Deputado Targino, primeiro, quero deixar aqui registrada a alegria, a satisfação e o reconhecimento de ter V. Ex.^a como Líder da nossa Bancada. Talvez tenhamos algumas atitudes bem assemelhadas por causa do nosso temperamento parecido, mas quero dizer que V. Ex.^a tem sido – estou falando de público aqui – uma grata surpresa, no bom sentido, ao estar atuando como um magistrado na Liderança da nossa Bancada. Sendo uma pessoa pacífica, tentando pacificar, inclusive, os companheiros, tentando ouvi-los. Sempre que possível tem feito o atendimento à Bancada da Maioria. O Líder Rosemberg também tem feito um grande trabalho; desde a legislatura passada V. Ex.^a já trabalhava nesse caminho.

Pois bem, primeiro, eu queria deixar registrado aqui, de público, a grata surpresa, deputado Targino, que V. Ex.^a tem sido como nosso Líder. Parabéns pela condução da nossa Bancada.

E V. Ex.^a, como grande estudioso dos assuntos desta Casa, me deixa aqui estarecido. Já sei que a saúde do estado é uma lástima, pior ainda a educação. Na legislatura passada eu acho que nem sabíamos quem era o secretário da Educação; as pessoas também não sabiam, porque não houve nenhuma evolução. O governador Rui dizendo que a educação era prioridade, mas a Bahia sabe qual foi a prioridade: a pior colocação da educação entre todos os estados.

Fico aqui estarecido com o fato de a Bancada do Governo não saber que vai fazer papel de boba, diria, porque vai ter todo um trabalho para conseguir a aprovação de um projeto que não vai resultar em absolutamente nada. Agora, o que eu realmente não vou permitir – e vou para cima na hora que disserem – é que digam que é o ACM Neto que não está deixando liberar o empréstimo que foi aprovado aqui. Já disseram outras vezes: “ACM Neto, prefeito da capital...” – melhor prefeito do Brasil! – “(...) é quem não está permitindo os avanços da Bahia”. Ora, isso ocorre porque não fizeram o dever de casa.

A saúde ruim, a educação ruim...

O Sr. TARGINO MACHADO: A segurança pior...

O Sr. Alan Sanches: (...) Agora, a assessoria ruim. Não saber isso?! Precisa o deputado Targino fazer um estudo para mostrar que vai ser um projeto completamente inócuo.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Caro deputado Alan Sanches, eu incorporo com muito prazer o aparte de V. Ex.^a. Quero dizer que entendo as suas palavras a mim dirigidas como generosas; generosidade essa trazida por uma alma da melhor qualidade. Aproveito para dizer que não tem como se conviver com V. Ex.^a e com os nossos dignos pares da Bancada da Oposição sem aprender. Até por osmose, pela proximidade com V. Ex.^a e com os outros deputados, nós terminamos aprendendo.

Mas quero dizer ao deputado Alan Sanches que, na verdade, esse esforço que estão fazendo aqui os deputados de governo não é à toa, não é à toa! O governo quer,

na verdade, é dourar a pílula. E o que significa dourar a pílula? O que significa essa expressão? É uma expressão idiomática da nossa língua portuguesa que significa apresentar algo difícil, desagradável, malcheiroso, insosso, como uma coisa mais suave, mais palatável, mais fácil de aceitar.

É isso que eles querem. Para quê? Porque o objetivo não é tomar os 60 milhões de euros. O objetivo está lá no final: privatizar a Embasa. Porque essa palavra, privatização, eles têm vergonha de apresentar desta forma, porque combateram tanto, e eu combati junto com eles, inclusive aqui neste plenário, a privatização. Votamos contra a privatização da Coelba, por exemplo, votamos contra a privatização do Baneb. Muitos dos senhores não estavam nem na política ainda. E nós apontamos o dedo, rasgamos a Constituição, rasgamos o Regimento, não é? Brigamos aqui neste plenário com tantos arautos da oposição, e hoje o que se vê é o governo envergonhado. Os deputados envergonhados em utilizar a palavra privatização. E privatizar o quê? Privatizar a vida! Porque a água é vida.

Recordo-me, Srs. Deputados, que no segundo governo de Paulo Souto, ele quis privatizar a Embasa. E nós travamos aqui, a Oposição na época, uma luta hercúlea! E olhe que a Oposição era uma Oposição maior do que a de hoje. Mas a de hoje é tão aguerrida quanto a de outrora. E nós vamos levar adiante a nossa convicção de que a Embasa não pode ser privatizada. E o deputado Rosemberg, que é muito inteligente, muito inteligente, ele balança a cabeça ali dizendo que não quer privatizar, porque eles já inventaram duas outras nomenclaturas a substituir a palavra privatização. Porque privatizar significa transferir o que é estatal para o domínio privado, ou seja, desestatização!

Tornar o estado minúsculo que os senhores tanto combateram aqui, que o estado não pode ser esvaziado, que o estado não pode ser diminuto, que o estado precisa participar de forma efetiva da vida das pessoas. Isso sempre foi o discurso dos deputados que estão no governo hoje, porque nada mais parecido com o governo do

que esses deputados que estavam numa oposição ontem e que estão no governo, fazendo a mesma prática ou pior do que os deputados de governo de outrora.

Então, na verdade, os Srs. Deputados sabem que não vão poder aprovar esse projeto. Não vão poder aprovar esse empréstimo no Senado, mas precisam aprovar aqui para dourar a pílula, para atrair os investidores que virão para cá já sabendo que tem aprovado uma lei para um empréstimo de € 60 milhões, mais de R\$ 260 milhões para uma PPP. E o deputado Rosemberg falou assim pra mim: “Não, nós não estamos querendo privatizar, estamos querendo fazer uma PPP”. ou seja, Chico virou Francisco, Francisco virou Chico, e o que dá para Chico dá para Francisco. A Embasa perderá com a PPP, perderá com a privatização de fato e perderá com a segunda alternativa que o meu amigo, o deputado Rosemberg, que eu quero aqui fazer um parêntese e dizer: talvez, se o Líder do Governo fosse outro que não o deputado Rosemberg, eu não pudesse estar desempenhando o meu mister, a minha missão que os senhores me concederam tão bem, porque o deputado Rosemberg facilita as coisas, na medida que o que se acerta com ele se cumpre, na medida em que ele é lhan, urbano e civilizado no trato. Isso é um facilitador.

Por isso, graças também ao deputado Rosemberg é que, apesar de cada um aqui defender as suas bandeiras, os seus matizes, as suas cores, as suas ideias e ideologias, está existindo nessa 19ª legislatura, até aqui, uma harmonia maior neste plenário.

Então, que os elogios do deputado Alan Sanches a mim dirigidos deve-se muito também ao deputado Rosemberg.

Mas, o deputado Rosemberg já me disse que: “talvez não seja uma PPP, talvez seja colocar a Embasa na Bolsa, tornar a Embasa uma S/A.” E a minha empresa, que é minha, se eu coloco na Bolsa, torno ela uma S/A, ela deixa de ser minha. Qual é a S/A que tem dono? Então existe o pensamento também do governo do estado de transformar a Embasa numa S/A. E aí, nós estaremos ferrados, porque a Bahia estará mais pobre. Mais pobre. Mas nós vamos estar aqui a chiar, a protestar! Nós não somos

bois para irmos para o matadouro sem berrar! Nós precisamos berrar! Nós precisamos. Somos poucos e precisamos ser como caranguejos na lata: fazer zoada para chamar a atenção da Bahia e dos baianos que esse projeto de privatização, que começa com esse projeto, precisa ser abortado. O povo da Bahia precisa saber o que é que o governo está querendo fazer.

Recordo-me, deputado Tiago Correia, se não me engano, está a pedir um aparte...

O Sr. Tiago Correia: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. TARGINO MACHADO: (...) Recordo-me que lá nos idos do segundo governo Paulo Souto, quando ele desejou privatizar, veio de Feira de Santana, veio da Princesa do Sertão uma voz importante que se somou às vozes democráticas da Assembleia na época, que foi a voz do arcebispo da Diocese de Feira de Santana, na época, Dom Itamar Vian, que fez uma verdadeira cruzada, um verdadeira cruzada de fé em defesa da Embasa, dizendo que água é vida.

Com o aparte o deputado Tiago Correia.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente... Não, meu Líder da... É, breve... Mas nosso Líder da Bancada, eu queria aqui me unir às palavras do meu colega Alan, quanto à condução de V. Ex.^a à frente dessa bancada, como acabou de falar, diminuta, mas aguerrida e que tem gritado e que tem lutado pela melhoria de todos os índices do nosso estado.

E, agora há pouco, V. Ex.^a falava de educação, e eu gostaria de colaborar com dados. É importante lembrar que o Ideb no estado da Bahia, ele é o mesmo desde o ano de 2005. Não há evolução! O maior índice de evasão escolar do país está na Bahia. O maior índice de reprovação escolar está na Bahia.

Então, os números do governo do estado, no tocante à educação, são uma lástima, é o pior índice de educação básica do país, o pior Ideb do país. E este ano é o ano de Prova Brasil. E, enquanto o município já se estruturou, já entregou o material,

o governo do estado ainda bate cabeça, não sabe que medida irá tomar com relação à Prova Brasil.

E eu acredito que o secretário Jerônimo Rodrigues vai ter, realmente, um desafio muito grande frente a esta pasta, que não tem conseguido avanços numa área tão importante e que, como recentemente falamos desta tribuna, impacta em outros índices, como violência, enfim, a formação de jovens para o mercado de trabalho, justamente pela falta de investimentos e de atenção à educação do nosso estado.

Na contramão do que vai Salvador que, depois que o prefeito ACM Neto assumiu a prefeitura, o Ideb avançou muito e já se encontra entre os cinco melhores Ideb nas capitais do país, foi a capital que mais ampliou o número de vagas na educação infantil do Brasil... E nós vemos alguns deputados falarem da municipalização do ensino fundamental, mas é importante trazer também, deputado Targino, que a LDB e a Constituição trazem que essa educação é compartilhada. Enquanto o governo do estado recebe 45 bilhões para fazer a gestão da educação, a Prefeitura de Salvador recebe de 6 a 7 e vem conseguindo avançar, ampliando os números, as ofertas de vagas, o índice de análise do Ideb, e o governo do estado se encontra estagnado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Eu quero agradecer e incorporar o aparte do deputado Tiago Correia ao nosso pronunciamento e dizer, deputado Tiago Correia, que V. Ex.^a é que tem me surpreendido positivamente, não é? Talvez pelo seu jeito simples e humilde, chegou aqui ainda tateando nos corredores da Casa, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) nos Anais da Casa, no Regimento Interno, mas se impôs como um bravo e honrado guerreiro.

Muito obrigado pela sua participação, sua ajuda na nossa liderança.

Mas quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que o nome deste projeto é eufemismo. Eufemismo é uma palavra ou uma locução onde se busca algo mais agradável...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para dourar a pílula.

Concluo, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Targino Machado: Solicito a V.Ex.^a em ato contínuo uma questão de ordem...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: (...) antes, porém, fundamentando a questão de ordem, Sr. Presidente, eu quero ler aqui os artigos 225 e seguintes: (Lê): *“Considera-se questão de ordem toda dúvida levantada quanto ao Regimento Interno, sua interpretação direta ou relacionada com disposição constitucional ou legal”*.

O artigo 226 diz: (Lê): *“As questões de ordem incidirão, necessariamente, sobre fatos ocorridos no curso da sessão, devendo ser formuladas com menção expressa do dispositivo regimental, sob pena de não conhecimento pelo Sr. Presidente.”*

Aí vem: (Lê): *“Formulada a questão de ordem, só se admitirá manifestação de outro deputado por 5 minutos que pretenda falar em sentido contrário ao ponto de vista suscitante. Não será admitida nova questão de ordem”*. Esse é um parágrafo único.

(Lê): *“Não será admitida nova questão de ordem enquanto não solucionada a antecedente.”*

Eu quero pedir a V. Ex.^a, de forma completa, para não suscitar a necessidade de algum deputado falar em sentido contrário. Eu quero pedir a V. Ex.^a uma verificação de quórum nominal para continuidade da presente sessão, que essa verificação de quórum seja... que V. Ex.^a determine zerar o painel, que V. Ex.^a mande abrir os 15 minutos do tempo regimental, que V. Ex.^a faça soar as campainhas, convidando todos os deputados que estejam nos corredores, nos gabinetes, nos demais recintos desta Casa

a comparecerem ao plenário porque há uma questão de ordem para verificação do quórum.

Isto posto, espero que V. Ex.^a, regimentalista que é, dê seguimento ao quanto aqui exposto.

Muito obrigado, Excelência.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a será atendido.

Questão de ordem do deputado Rosemberg.

O Sr. Targino Machado: Para falar o quê, Excelência?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, ...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu tenho de esperar! Eu tenho que esperar a questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) eu quero contraditar a questão de ordem do deputado Targino, utilizando o art. 226 desse Regimento.

O Sr. Targino Machado: Contraditar onde? Contraditar o que, Excelência?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu quero contraditar a questão de ordem, entendendo a importância de não perdermos um tempo de 15 minutos aqui, como pediu o deputado Targino Machado, para continuar a sessão, uma vez que nós, do ponto de vista de visualização, já temos mais de 21 Srs. Deputados na Casa.

Entendendo que nós, do ponto de vista desse projeto, deputado Targino, não é um projeto de privatização da Embasa.

O Sr. Targino Machado: É para dourar a pílula!

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não é um projeto de privatização da Embasa, esse é um projeto que traz a construção de um equipamento sob a gestão da Embasa. A licitação para execução dessa estação de tratamento será da Embasa, nada tem a ver com privatização. É natural que haja um debate na sociedade sobre uma nova Embasa. Uma Embasa mais moderna, mantendo o mesmo regramento do ponto de vista acionário. Há um debate sobre a possibilidade de abertura de capital da Embasa. Há um

debate sobre composições com outras empresas em *joint venture*, ou seja, há diversos debates sobre a Embasa. Mas, essa questão especial que está na pauta de hoje, não diz respeito à privatização. Nada tem nada a ver.

Esse projeto, ele está aqui já há algum tempo, desde o ano passado que a gente vem debatendo essa questão, e ele foi apresentado do ponto de vista da autorização do empréstimo, da garantia, na realidade, para o governo federal para potencializar esse empréstimo na Embasa, mas nada tem a ver com a privatização. Eu não tenho nenhum problema em abrir o debate aqui.

Primeiro, deputado Targino, quero agradecer, inclusive, as palavras que V. Ex.^a tem dado aqui da minha participação como líder, e quero retribuir da mesma maneira, porque acho que a gente tem tido um debate maduro, um debate, realmente, à altura da Assembleia Legislativa da Bahia. Mas, quando se coloca uma empresa em sociedade anônima na Bolsa de Valores, você não perde o controle dela. O que você coloca na Bolsa de Valores, são as ações negociáveis.

As ações de controle de uma empresa, ela é efetivamente, a partir dos principais controladores da empresa. Um exemplo é a Petrobras. A Petrobras tem 32% da União. E 68% nas ações pulverizadas. O controle é do estado brasileiro. O Conselho de Administração é, na sua totalidade, sobre a orientação do acionista majoritário. Então, não é que se falar aqui que se perde o controle. Mas, eu só quero deixar claro que essa questão que nós vamos debater hoje, da Embasa, nada tem a ver com a privatização.

Eu queria pedir para contraditar a questão de ordem, que V. Ex.^a retirasse a questão de ordem, para que nós pudéssemos continuar a sessão.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Caso V. Ex.^a não concorde, aí, sim, atendendo a seu Vosso pedido, marcar os 15 minutos e fazer o chamamento.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, me inscreva por 5 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Mas, eu estou fazendo um pedido anterior.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Determino para marcar os 15 minutos, zerar o painel, para atender o pedido do deputado Targino Machado. Pois não, deputado Targino.

Srs. deputados, existe um pedido de verificação. Favor dar presença, deputado.

O Sr. Targino Machado: Me inscreva, viu, Ex.^a, para os 5 minutos seguintes.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Peço que V. Ex.^a dê a presença, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Aqui não tem, Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Solicito até ao pessoal da Informática, a diretoria da Informática, para rever os aparelhos aqui do plenário. A maioria está com defeito. (Pausa)

Eu queria anunciar a visita dos alunos da Faculdade Ruy Barbosa, do curso de Direito, futuros advogados do nosso estado, do nosso Brasil. Sejam bem-vindos à Assembleia.

O Sr. Targino Machado: Excelência, acabei...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: (...) de gastar algumas calorias para ir até ali registrar a minha presença. Aqui chego. Vejo que a gente está mandando e ninguém está obedecendo nesta Casa, Excelência, não é? V. Ex.^a acabou de dar uma ordem para que...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Mas é porque não conserta imediatamente, precisa de alguns dias. A gente espera que, na próxima semana, os aparelhos já estejam, devidamente, funcionando.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal.)

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, já tem quórum, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já tem quórum.

O Sr. Targino Machado: Eu peço a tolerância de V. Ex.^a para dizer assim, na cidade de V. Ex.^a, como na minha, quando as crianças eram feias, notadamente as filhas

quando eram muito feias, sabe o que é que os pais faziam? Aumentavam o dote para ver se arranjava namorado. É isso que o governo está fazendo, ou seja, está querendo aumentar o dote da Embasa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao representante do PSOL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 2 minutos.

Vai falar, Hilton?

O Sr. Hilton Coelho: Sim, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Marquem 2 minutos, por favor. Pode marcar o tempo.

Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: É um verdadeiro afogamento da democracia o que vivemos hoje no nosso país.

Vejam, nós não poderíamos deixar de ocupar esta tribuna para comentar o feito, ou seja, mais uma do presidente Bolsonaro, que, aliás, não constrói nada. O que é definido pela construção durante o período da manhã, é redefinido à noite. Mas, para destruir, o presidente Jair Bolsonaro...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, tem um orador na tribuna.

Pode prosseguir, deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: Mas, para destruir, o presidente Jair Bolsonaro parece que está a todo vapor.

Agora, há esta medida, qual seja, um decreto que visa diminuir de 700 para menos de 50 os conselhos de controle de participação popular no nosso país, dentre eles, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Conselho

Nacional das Cidades, Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBTT e o Conselho Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil.

É um verdadeiro desmonte da lógica da Constituição de 1988!

Ou seja, nós, sempre, fizemos o debate no movimento social, não apenas das organizações dos movimentos sociais, mas pensávamos...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

O Sr. HILTON COELHO: (...) pois, sempre, tivemos conselhos como esses em espaços importantes para tentar acuar as posições de regressão, posições autoritárias como um recurso, inclusive judicial, para fazermos o enfrentamento em relação às posições conservadoras. Hoje, parece que estamos desarmados deste instrumento institucional. Então, para nós, é uma posição absurda.

E todos aqueles e aquelas que pensam numa sociedade que tenha a mínima referência à democracia têm que ver com total indignação esses fatos. Ao que parece, é isso: o presidente Jair Bolsonaro está preparando o Brasil para uma ditadura disfarçada. Aliás, nós já estamos vivendo uma ditadura disfarçada. Nós não sabemos o que virá com a perda de direitos além dos que já foram anunciados.

Então, nós queríamos marcar o protesto, aqui, do Partido Socialismo e Liberdade. Queremos convocar a sociedade para resistir a mais esta agressão de um governo que é um governo de corruptos e de assassinos, um governo gerado a partir de uma fonte do crime organizado que são as milícias do Rio de Janeiro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre Líder do Governo ou o da Maioria ou o Líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: Falarão, por 7 minutos, o deputado Zé Cocá e, por 5 minutos, o deputado Dal.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Falará, agora, durante 7 minutos, o deputado Zé Cocá; posteriormente, por 5 minutos o deputado Dal.

O Sr. ZÉ COCÁ: Boa tarde a todos! Boa tarde, meu presidente. Boa tarde, deputados. Boa tarde, imprensa local.

Antes de qualquer coisa, eu quero, infelizmente, dizer sobre o ato que aconteceu à minha pessoa hoje. Eu sou deputado estadual. Houve uma denúncia na Polícia Federal dizendo que eu sou dono de um posto de combustível em minha cidade, Targino. E, infelizmente, repito, infelizmente, quando eu ouvi isso, lá atrás, eu perguntei sobre o fato. Achei que isso não teria sentido, porque não tem sentido.

Eu vejo hoje, Targino, Rosemberg, a nossa classe altamente vulnerável. Hoje, eu vejo que estamos na pior parte do cenário político.

Antes de qualquer coisa, você é taxado logo como ladrão. Você é nada mais nada menos do que ladrão. Você não tem o direito à defesa. Acontece de a Polícia Federal chegar à sua casa às 6 horas da manhã. Não tenho medo disso. Eu tenho certeza de que podem ficar à vontade nos documentos que fizeram. Eu falei isso para o delegado.

Eu achava que poderia ser diferente. Eu acho que o Ministério Público, a Justiça, de uma forma geral... Acredito na lei que aí está.

Nós precisamos, agora, fiscalizar os municípios. Vá avaliar. Podemos, Capitão Alden, ir aos municípios para fiscalizá-los. Por exemplo, há uma dúvida em relação a um posto de combustível? Bota um delegado da Polícia Federal para passar uma semana ali, a fim de se avaliar o quanto se abastece.

Agora, você dizer que o município só tem um posto de combustível e não houve concorrência?! Como haverá uma concorrência de Jequié com Lafaiete Coutinho, Marcelinho? Não tem. Aí, você é altamente logo taxado. Eles dizem logo: “Falsidade ideológica. Crime”. Pergunta-se: fica-se onde?

Falei hoje numa rádio. Isso me preocupa, porque a única satisfação a quem eu tenho de dar, abaixo de Deus, é à minha família. Me entristece me ver numa colocação desta. E, hoje, eu vou dizer a vocês, como político, que eu estou me enojando da classe que nós estamos. Me sinto triste por ser político.

Falei mais cedo que me deu vontade de sair da política. Eu digo que tem 99% de chance de isso acontecer, ou seja, sair da política, porque, hoje, nós somos muito vulneráveis. Hoje, por pequenos detalhes, Osni, você é logo criminalizado. Você não tem nem direito à defesa, Marquinho! Eu acho que tinha que fazer isso.

Já falei isso lá atrás com a promotora da minha cidade à época. Falei: “Doutora, vamos criar grandes conselhos junto com o Ministério Público para ajudar os municípios a administrar para não haver o risco do desvio.” Não é difícil fazer isso não, Rosenberg.

Mas, infelizmente, é mais fácil tachar um político de ladrão.

E nós, aqui, estou dizendo nós, a classe política, hoje, 99% dos políticos são tidos como ladrões. Eu fico muito, muito triste. Acredito na justiça. Acho que será averiguado.

Quando o delegado chegou, me perguntou e eu respondi: “Podem pegar o que vocês quiserem. Podem ficar à vontade, porque não tenho medo.” Tenho certeza que a lei de Deus não deixa os justos.

E eu tenho a minha consciência limpa de que nunca fiz um ato ilícito. Muito pelo contrário. Fiz da minha cidade a maior referência na minha região, uma das maiores referências na Bahia. Não estou dizendo isso por ter sido prefeito não. Saí de uma cidade de 4 mil habitantes para virar deputado estadual com mais de 60 mil votos.

Aí, podia dizer: “Ah, não, mas é uma cidade que tinha *royalties*, que tinha isso, tinha aquilo.” Muito pelo contrário. Um dos melhores ICMS da Bahia, um dos melhores índices de Fundeb da Bahia, um dos menores FPM da Bahia! Fiz aquela cidade hoje ser vista como uma grande cidade.

Lafaiete Coutinho era tachada como Lafaiete coitadinho. Hoje, a cidade é tratada como Lafaiete Coutinho, uma boa cidade. Foi considerada, em 2016, a melhor educação da Bahia; foi considerada, na nossa região, o município que mais recuperou estrada, que mais deu moradia, que mais deu qualidade de vida, que mais melhorou na saúde. Avançamos em todos os cenários.

Então, acho que esta Casa tinha de se reunir para isso, ou seja, para que a gente discuta o futuro da Bahia, o futuro do nosso Brasil. Não cabe a nós, políticos, deitados em berço esplêndido, ficarmos esperando as coisas passarem.

Acho ser este o momento de a gente cobrar, de a gente colocar, ajudar a Justiça mesmo na fiscalização e na participação para a gente ter, num futuro próximo, não só os políticos como ladrões, mas o político como homem sério que tem que ser tratado, porque ainda acredito que a maioria, presente nesta Casa, é composta por pessoas sérias. Eu, ainda, acredito nisso. Não cabe hoje aquela ideia do quanto pior melhor.

Então, Marquinho...

O Sr. Marquinho Viana: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ COCÁ: À vontade, meu irmão.

O Sr. Marquinho Viana: Obrigado.

Eu queria dizer que eu, também, vim de uma cidade pequena. Conheço o seu trabalho de muito tempo. Por onde eu ando, costumo dizer o seguinte, ou seja, realmente pode entrar o homem mais sério na política que tem no Brasil. Foi eleito. No outro dia, ele é ladrão como os outros.

Vou citar um exemplo rapidinho aqui. Um padre, em Barra da Estiva, ia ser candidato único da cidade. Os dois grupos iam apoiar o padre. O bispo chamou ele lá e disse: “Olha, hoje a cidade toda quer votar em você. Quando você for eleito, no outro dia, a metade já lhe chama de ladrão.” Ele desistiu. Foi para a Itália estudar e voltou. Está tomando conta de um hospital ali perto de Seabra.

Então, realmente, Zé Cocá, a nossa classe política está assim: abaixo da bunda da galinha um palmo, quer dizer, no chão.

O Sr. ZÉ COCÁ: Verdade, Marquinho.

Eu agradeço pelo seu aparte.

Quero aqui agradecer a vocês. Hoje vários amigos deputados me ligaram, saudando, me dando uma força. Gostaria de dizer que fiquei muito triste. Tenho certeza

de que acredito na justiça dos homens e, mais do que na justiça dos homens, acredito em Deus. Irei me defender e hoje...

O Sr. Aderbal Fulco Caldas: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ COCÁ: Um aparte ao meu amigo Aderbal Caldas.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas: Eu quero lhe parabenizar, meu companheiro. Sei da simplicidade da sua vida. Você é um homem de vida simples, humilde, sem luxo, sem vaidade. Quero lhe parabenizar por você ter a riqueza de sair pobre, ter sido prefeito duas vezes e ter a riqueza de ter saído pobre. Isso é uma riqueza.

Por isso, eu lhe parabenizo.

O Sr. ZÉ COCÁ: Muito obrigado,

O Sr. ZÉ COCÁ: Muito obrigado, Aderbal.

Graças a Deus, saí do meu mandato como prefeito com as minhas mãos limpas. Tenho certeza de que sairei do meu mandato de deputado estadual com as minhas mãos limpas também, Marquinho.

Muito obrigado a vocês todos.

Eu tenho certeza de que Deus não saiu do lugar que estava.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. Osni Cardoso Lula da Silva: Um aparte?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É um caso especial?

Eu combinei com o Líder Rosemberg o horário de 5 minutos para o deputado Dal. Mas, V. Ex.^a, deputado Zé Cocá, pode continuar a sua fala, porque ainda dá tempo para os apartes.

O Sr. ZÉ COCÁ: Obrigado, meu presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, meu querido amigo Zé Cocá, primeiro, quero prestar toda a solidariedade. Já falei contigo sobre isso. Nós estamos

vivendo um momento da criminalização da política. Isso é muito ruim para o Brasil. Isso é ruim para a sociedade brasileira.

Ainda hoje e às vezes, as pessoas dizem que eu sou meio ácido com o jornalismo. Mas não é verdade. Eu, hoje, vi uma notinha também de uma determinada pessoa fazendo alusão à minha pessoa, certo, que eu acho que isso não ajuda nada, certo, muito pelo contrário, mas nós nos reduzimos a isso.

O Sr. ZÉ COCÁ: Verdade.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Conheço diversas pessoas. Você, como gestor, sabe como é que é, pois cada um lhe pede para botar um anúncio aqui, um negócio ali, outra coisa ali, tal e tal. Certo? Mas quem é, realmente, criminalizado é o político nesse processo.

Então, quero prestar toda a minha solidariedade. Gostaria de dizer que nós temos você como uma pessoa séria. As pessoas da região sempre falaram de você como uma pessoa íntegra, um bom gestor. Por isso, na região, você teve uma votação extraordinária. Então, são o respeito da população e da sua família que pesam neste momento.

Então, deixo a minha solidariedade.

O Sr. ZÉ COCÁ: Muito obrigado, Rosemberg. Eu agradeço.

Um aparte aqui ao meu amigo Osni.

O Sr. Osni Cardoso Lula da Silva: Meu companheiro, eu sou testemunha do seu trabalho. Desde a política de consórcio que a gente atuou muito fortemente e fortaleceu aqui na Bahia, eu fiz questão de conhecer a sua cidade. Digo isso, porque eu já tinha olhado os números, não só pela relação que eu sempre tive contigo, mas eu tinha olhado os números de lá. E, a todo lugar que eu fui, eu defendi você como um dos exemplos bons da boa política, da seriedade. Eu pude ver o desfaio e a revolução que você fez naquele município.

Eu não acredito em nada que está dito aí. Eu acredito em você.

O Sr. ZÉ COCÁ: Muito obrigado, Osni.

O Sr. Osni Cardoso Lula da Silva: Mas, também, queria te dizer que eu sou contra você afirmar que você sairá da política. Bem, se os bons saem na primeira pancada, quem vai ficar?

O Sr. ZÉ COCÁ: Mas está caminhando para isso.

O Sr. Osni Cardoso Lula da Silva: Nós gostaríamos, sim, que você ficasse para que a gente junto enfrentasse todo tipo de maldade que acontece contra a classe política.

Então, acho que está na hora de a gente, cada vez mais, se fortalecer.

Eu já tomei minhas pancadas todas lá e estou me defendendo.

Eu acho que isso tem que nos tornar mais fortes para continuar defendendo a boa política. Se a gente abandona, o que será dela?

Então, eu sei. Eu lhe conheço. Confio no seu trabalho. E, nesta hora, eu prefiro continuar confiando em você.

O Sr. Jacó Lula da Silva: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ COCÁ: Eu lhe agradeço, meu irmão. Muito obrigado.

Jacó aqui rapidinho, meu Líder.

O Sr. Targino Machado: Excelência.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Deputado, eu queria me solidarizar com V. Ex.^a. Bem, eu ouvi falar sobre você há um tempo atrás quando você trabalhou a Política do Desenvolvimento Territorial, trabalhou a política do consórcio. Eu escutava, pela Bahia afora, a sua referência, ou seja, o que você conseguiu fazer e transformar em sua cidade.

O Sr. ZÉ COCÁ: Está desligado.

O Sr. Jacó Lula da Silva: (...) o que você conseguiu fazer e transformar na sua cidade. Você conseguiu sair de uma cidade pequena e se transformar num deputado estadual muito bem votado isso não é pouca coisa. Então, meu irmãozinho, eu aprendi uma coisa na vida, ninguém joga pedra em árvore que não dá fruto.

Siga em frente, não vamos nos abater, vamos resistir, porque o procedimento está acima de qualquer coisa e você é um homem que tem um procedimento correto e

a Bahia toda reconhece e, por isso, você tem aqui todo apoio e solidariedade dos seus colegas deputados e deputadas desta Casa. Forte abraço e estamos junto nessa caminhada.

O Sr. ZÉ COCÁ: Muito obrigado, Jacó. Alex Lima primeiro, meu Líder, rapidinho aqui. Depois o deputado Zé Raimundo.

O Sr. Alex Lima: Deputado, Zé Cocá, já pude lhe dar o meu abraço hoje, mas queria em público transmitir e dizer que evidentemente nós não conhecemos aqui nada do que foi oferecido de denúncia contra V. Ex.^a, mas eu queria me solidarizar e dizer que realmente atravessamos um período de extrema dificuldade, quando somente o fato de militarmos na vida pública já nos expõe e nos fragiliza e pior do que a nós... é porque muitas vezes todo mundo, todo mundo... mas como os políticos são a bola da vez, fragiliza também as nossas famílias.

Então, neste momento, eu queria transmitir o meu abraço aos seus familiares...

O Sr. ZÉ COCÁ: Obrigado, meu irmão.

O Sr. Alex Lima: (...) que você possa fazer a sua defesa e vir dessa tribuna, irmanado com os seus colegas aqui de Casa, poder dizer que esse mal entendido, apesar de ter lhe ferido, não lhe abateu e breve nós vamos estar aqui celebrando a sua inocência e, sem dúvida alguma, a verdade e a justiça prevalecerá. Muito obrigado.

O Sr. ZÉ COCÁ: Muito obrigado, meu irmão.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Nobre deputado, queria dizer que recebi de manhã vários telefonemas pelo simples fato de que na fotografia que circulou eu estava ao lado de V. Ex.^a num evento de consórcio, salvo engano. E as pessoas me perguntavam: “Zé Raimundo, o que é isso?” Aí eu fui olhar nos blogs e estava a notícia nos jornais e aí eu disse: Meu Deus do céu! Em que mundo a gente vive!

O mundo da política virou um mundo de vidro muito fino, e nós todos, os partidos, as forças sociais, se reúnem para sustentar o que é o espaço da maior

representação na história da humanidade que é o Parlamento ou todos nós iremos para uma sociedade sem fim, ninguém sabe o que vai acontecer no futuro. Uma simples notícia e as pessoas entram em terror, verdadeiro pavor...

O Sr. ZÉ COCÁ: Verdade.

O Sr. Zé Raimundo Lula: (...) sem saber o que se passa, e uma mera... uma notícia. Então quero que V. Ex.^a tenha toda a possibilidade de se defender e provar que manchetes de jornais, de blogs não podem superar a verdade. Juro por Deus, tomei um susto quando vi também a minha foto, não sei se a imprensa observou, um evento acho que ainda do consórcio quando V. Ex.^a..., eu estava presente, não é. E saiu a foto e as pessoas já perguntando o que era, o fato é que muitas pessoas não conheciam V. Ex.^a e perguntando como é que eu estava naquela foto, veja, V. Ex.^a, em que mundo a gente está vivendo. Portanto, desejar a plena defesa, que V. Ex.^a prove sua inocência, porque a gente acredita que a vida pública é uma vida sagrada, porque ela trata da alteridade.

O Sr. ZÉ COCÁ: Muito obrigado, Zé!

Targino, por favor!

O Sr. Targino Machado: Deputado Zé Cocá, eu entendo perfeitamente a indignação, a sua tristeza, que se espalha no seio da sua família, dos seus amigos, porque precisamos entender que por trás de cada um de nós existe uma estrutura pessoal e familiar que precisa ser preservada, mas o nosso Estado que se transformou num Estado policialesco e o estado policialesco é aquele onde não se cumpre a Constituição, porque a presunção, segundo a Constituição, é uma presunção de inocência e a forma como hoje se expõe o cidadão, quando antes dele ser julgado, antes de existir uma sentença, uma decisão judicial, já o torna réu junto à sociedade...

O Sr. ZÉ COCÁ: Verdade!

O Sr. Targino Machado: (...) eu entendo perfeitamente o que V. Ex.^a está passando, lamento profundamente e digo a V. Ex.^a, siga em frente, o tempo só faz mal a quem não tem tempo e V. Ex.^a há de ter tempo para superar esse revés e saiba que o que não nos mata nos fortalece. V. Ex.^a sairá dessa mais forte, com fé em Deus.

O Sr. ZÉ COCÁ: Muito obrigado, Targino. Obrigado!

Meu amigo, Diego Coronel, pedir só mais esse tempinho, porque o meu amigo Diego Coronel pediu para...

O Sr. Diego Coronel: Com certeza, meu amigo Zé Cocá, eu queria aqui também me solidarizar com o ocorrido. Dizer que você era uma figura pública, que eu jovem assim como você, conhecia de nome, sempre ouvi falar dos seus feitos na Lafaiete Coutinho, sempre que eu andava em Jequié, com o meu tio que também anda em Jequié, e hoje eu estou tendo a oportunidade de conviver com você ao longo desses poucos mais de 60 dias e a cada dia que eu me aproximo mais de você eu... Você adquiriu aqui um fã, um admirador, realmente, fruto do seu trabalho, não só pelo que você fez na sua cidade como também pelo que você vem fazendo na Assembleia Legislativa da Bahia, que você tenha certeza que é um dos grandes quadros desta Casa, é uma revelação aqui desta Assembleia Legislativa da Bahia. Você tem não só a minha confiança como também da ampla maioria desta Casa.

Confiamos na sua figura pública e é como o Osni mesmo falou, você jamais pode cogitar sair da vida pública, porque a pessoa quando é boa ela tem que vir para ficar, para fazer, lutar e você é esse exemplo de luta que tem que ser espelho para todos nós que estamos hoje vivendo nessa política sendo avacalhada. Nós que somos jovens temos esse objetivo também, meu amigo, de alavancar a classe pública, de alavancar a política, para que possamos num futuro bem próximo, eu espero, viver naquela época em que os políticos eram encarados como pessoas de bem, esse é nosso foco também nessa renovação da vida pública.

Então, fica aqui o meu abraço e eu tenho certeza que a sua conduta é uma conduta que eu abono, que eu endosso e eu não tenho a menor dúvida do seu caráter como pessoa, como gestor e como homem público.

O Sr. ZÉ COCÁ: Obrigado Diego. Obrigado a todos os nobres colegas e que Deus os abençoe, muito obrigado a todos vocês, um grande abraço.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, fazer um comentário rápido, antes de passar a palavra ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB...

Quero dizer que a culpa disso tudo, deputado Zé Cocá, vocês sabem de quem é, do Congresso Nacional. De deputados federais, senadores, deputado Targino, que têm o poder constitucional de fazer as leis deste país, mas ficam todos com medo.

Tem lá o projeto de abuso de autoridade engavetado. Todo mundo fica com medo. Ninguém está pedindo que os deputados façam leis, que deem carta branca para se fazer as coisas erradas.

Mas, num país onde se prende o ex-presidente da República, não importa se é do PMDB, se não é, como nós vimos há poucos dias, com o que fizeram com o presidente Temer, que nem ouvido foi. Então, qualquer um da gente, qualquer um da população tem de estar preparado.

Sem nem ter sido ouvido, não estou dizendo que ele é culpado ou que não é, mas o Brasil assistiu policiais com arma de guerra chegando ao Rio de Janeiro para prender o sogro do presidente da Câmara que não estava fugindo. Com arma de guerra, com televisão avisada. Bem assim como o presidente Temer.

Infelizmente, é o nosso Congresso que não bota ordem na casa. Então, deputado, infelizmente é como você diz, que não tem o que temer, esta Casa é solidaria, você terá todo direito, infelizmente da forma que foi, de se defender.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Horário das Representações. Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, falarão o deputado Pastor Tom por 5 minutos e o Soldado Prisco pelo tempo restante de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pastor Tom, por 5 minutos.

O Sr. PASTOR TOM: Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, imprensa, internautas, todos os que nos acompanham, funcionários, eu quero dizer que nós apresentamos, no dia de ontem, uma indicação, eu queria até a atenção,

principalmente das mulheres deputadas, porque eu acho que é uma indicação de grande relevância para a Bahia, especialmente também para a minha cidade de Feira de Santana.

Aqui, há uns 15 dias, eu vi muitos movimentos direcionados à valorização das mulheres, atentamente respeitando tudo e participando, porque entendo que as mulheres têm que ser respeitadas.

Em cima do debate que teve nesta Casa, nós apresentamos uma indicação. Eu queria ler na íntegra aqui, sem tirar uma vírgula ou exclamação, para que a Bancada do governo analisasse, entendesse, fosse a quem de direito e fizesse acontecer onde não está acontecendo.

(Lê) “Justificativa. A violência contra a mulher se manifesta de diversas formas. Uma delas é a sexual, que não apenas deixa marcas no corpo da vítima, mas também atinge a sua honra e a sua dignidade humana.

Esse tipo de violência não escolhe a condição social de suas vítimas, mas, frequentemente, as mais pobres, frágeis e em condições de vulnerabilidade, são as que mais sofrem.

E esse sofrimento ocorre de forma dupla. Primeiro quando a vítima é abusada, violentada, levando para o resto de sua vida as marcas dessa brutalidade. A outra questão, não menos importante, é a ausência de atendimento especializado para o acolhimento dessas mulheres na rede de saúde e hospitalar no estado da Bahia.

Feira de Santana, por exemplo, assim como outras cidades do interior da Bahia, não dispõe de serviço de atendimento médico especializado para mulheres vítimas de violência sexual.

Apesar de existir uma Lei 12.845/2003 que garante esse tipo de atendimento, a Lei Minuto Seguinte, os governos fecham os olhos para o problema, tornando o sofrimento dessas mulheres ainda maior. Essa lei pode evitar, entre outras coisas, uma gravidez indesejada, DSTs, entre várias outras complicações à saúde da mulher.

Indicamos a criação de serviço médico especializado para as mulheres vítimas de violência sexual no Hospital Geral Clériston Andrade.”

Está aqui uma indicação, uma indicação que vai favorecer, uma indicação que vai dar qualidade de vida àquelas mulheres sofridas, meu caro amigo deputado José de Arimateia, pastor, bispo José de Arimateia. Está aqui a minha preocupação.

Nós temos a oportunidade, esta Casa, a Casa do povo tem uma oportunidade. Aqui eu vi todo mundo usar a tribuna e falar bem da mulher. Aproveitaram o momento de um ano da morte da ex-vereadora do Rio de Janeiro e aqui fizeram palanque, aqui falaram, fizeram sessão, fizeram tudo. Respeito, eu respeito, porque sou contra a violência, mas esta Casa agora tem a condição de valorizar a mulher, especialmente lá da cidade de Feira de Santana, com esse atendimento, com esse atendimento.

Agora eu quero ver os senhores, quero ver as senhoras, que são preocupados com a mulher, que são preocupados com a família, que são preocupados com a vida, de tornar realidade essa indicação. O Hospital Clériston Andrade está lá pronto para receber esse atendimento.

Então, está aqui a indicação pedindo a esta Casa. Eu queria que o deputado Alan Castro estivesse aqui, porque eu sei que toda ausência é atrevida, mas... Pronto, chegou numa hora boa.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Fizemos uma indicação aqui, agora, deputado Alan Castro, para criação do serviço médico especializado para as mulheres vítimas de violência sexual. Isso é lei que deveria acontecer no Hospital Clériston Andrade.

Eu vi e tenho visto as dificuldades que essas mulheres passam. É o tempo todo mulheres sendo abusadas, é o tempo todo as mulheres sendo maltratadas, que venha abrir esse espaço que já é lei, que o seu governo, o senhor, como presidente da Comissão de Saúde, muito chegado ao secretário de Saúde...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) manda ele se preocupar com as mulheres.

Quero concluir minhas palavras, Sr. Presidente, que posso todas as coisas naquele que me fortalece, que é o Rei dos reis, o Senhor dos senhores, o Leão da tribo de Judá. Oh glória!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra... Qual o próximo horário, deputado Targino?

O Sr. Targino Machado: Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Soldado Prisco pelo tempo de 5 minutos.

Foi um lapso, lapso. Eu estava conversando com o deputado Marquinhos aqui... Lapso de memória. Vai ter a tolerância.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente, V. Ex.^a que é um político extremamente sério, competente, venho aqui fazer uma denúncia contra o subcomandante-geral da Polícia Militar da Bahia. E eu espero que o Partido dos Trabalhadores, que tem combatido a corrupção e tem pregado isso, combata essa corrupção que tem acontecido na corporação. Ontem, vários e-mails e WhatsApp estavam circulando sobre o escândalo que vem acontecendo no batalhão de Polícia Rodoviária. É de ciência de toda Bahia isso, todo mundo... está acontecendo na alta cúpula da polícia. Então espero que o Sr. Governador do Estado tome ciência do fato e simplesmente faça uma limpeza na alta cúpula daquele batalhão. Inclusive, é de conhecimento do Secretário da Segurança Pública. O ex-comandante do batalhão rodoviário entregou um *dossiê* pronto na mão do secretário da Segurança Pública e ele, até o presente momento, não tomou nenhuma providência, abafou lá e está todo mundo calado, todo mundo sabendo do escândalo que está acontecendo.

Ora, este país que tanto clama pelo fim da corrupção, numa instituição tão séria como a briosa Polícia Militar do Estado da Bahia, pessoas como essa não pode continuar à frente de um cargo tão importante. Já não bastasse a denúncia que eu fiz sobre o que está acontecendo dentro do próprio comando da PM, empréstimos

consignados utilizando os contracheques dos policiais. Fato esse que iremos provar, sim, no Ministério Público. Não temos nenhum receio com relação a isso. E agora surge essa mais nova denúncia.

Espero, V. Ex.^a, deputado Rosemberg, Líder do Governo, já estivemos juntos em várias frentes de batalha, inclusive no movimento reivindicatório da polícia V. Ex.^a foi o interlocutor na comunicação junto ao governo, buscando sanar aquele problema e relatando até a questão do recurso financeiro do Estado naquele momento. Pois esse recurso está se esvaindo e é do conhecimento do secretário da Segurança Pública. Estou deixando aqui toda Bahia tomar conhecimento do fato que vem ocorrendo no batalhão de Polícia Rodoviária, com a sua alta cúpula que está lá.

Espero realmente que V. Ex.^a comunique ao governador, que tome providências, que chame o secretário e que ele tome providências. Que não bote embaixo da gaveta o ato de corrupção que vem acontecendo na alta cúpula da polícia. Já não bastasse tanto escândalo que a gente tem visto neste estado, um absurdo como esse acontecendo.

A Polícia Militar da Bahia tem história, é a melhor polícia do Brasil, tem seu nome a zelar e pessoas como essa não pode denegrir a imagem da corporação. E o secretário tem que ser responsável. A denúncia chegou à mão dele ele tem que apurar e punir, e não colocar embaixo da gaveta, não esconder a denúncia. Todo mundo tem conhecimento disso e ele sabe do que eu estou falando e alta cúpula da corporação também sabe do que estou me referindo.

O empresário que circula no subcomando-geral da corporação, o Sr. Reinaldo Guedes, que tem várias queixas dele em delegacias, inclusive violência contra mulher, tem trâmite livre. Vários policiais dizem que ele transfere a hora que ele quiser, para onde ele quiser. É de conhecimento público também de todos os oficiais que trabalham ali no subcomando-geral e estão constrangidos.

Essa denúncia não chegou a mim através de praça, não, chegou através de oficiais que se respeitam, que querem uma corporação diferente. Estão indignados com

o que vem acontecendo ali no subcomando e, agora, no batalhão de Polícia Rodoviária. Fato que não é novo, Sr. Presidente, esse fato já vem ocorrendo a um certo tempo. O ex-comandante do batalhão rodoviário que é um homem sério, não aguentou essa situação e saiu de lá. Foi exonerado por esse subcomandante-geral, fez a denúncia, foi colocado outro comandante e continua a mesma farra lá.

Então espero que o governo do estado, juntamente com seu secretário tome providências para que fatos como esse na Bahia não apareçam amanhã com investigações da Polícia Federal e outros casos em pleno governo. Espero que esse governo, realmente, não fique só na propaganda e na enganação. Pregue a verdade, vá lá e mostre o que é que está acontecendo. Não adianta ficar fazendo vídeo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com os policiais dizendo que ele é uma boa pessoa, não. A verdade está aí estabelecida e os vídeos causam constrangimento. Ali são policiais que devem favor a ele, pouquíssimos, até agora só nove no horizonte de 33 mil homens. Então, espero que este fato seja apurado o mais rápido possível e eu deixo aqui nesta Casa, nos Anais desta Casa, registrada esta denúncia.

Muito obrigado, Sr. Presidente e que Deus nos abençoe.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, falará por 5 minutos o deputado Dal e, depois, assim que o deputado Dal terminar, eu gostaria de pedir uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos o deputado Dal. Pois não, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, olhe, verdade é que alguém já disse, Mangabeira, que pense um absurdo na Bahia há precedentes. É a primeira vez que eu vi e no Regimento eu já li todo, nunca vi verificação de quórum pré-datada, pré-datada. Esse Líder Rosemberg é um artista, viu!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos o deputado Dal.

O Sr. DAL: Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, eu venho a esta tribuna para agradecer ao Governador Rui Costa pela belíssima obra que está fazendo na nossa região. A estrada tão sonhada Amargosa- Santo Antônio, que está sendo finalizada por esses dias. E eu acho que até o mês que vem o governador vai lá para inaugurar aquela obra que tem uma importância muito grande para Amargosa, Santo Antônio, para Varzedo, para São Miguel, para Elísio Medrado e para toda a região. Mais uma vez o governador está de parabéns pela obra, uma obra de tamanho G e que vai nos atender de forma muito especial, mais uma vez.

Quero também deixar registrado aqui o meu pedido ao governador para fazer a estrada que liga Amargosa a Brejões, que vive uma situação muito difícil. Com as chuvas que caíram nos últimos dias na região ainda piorou a nossa estrada e tivemos problemas com as pontes. E eu quero aqui pedir, mais uma vez, ao governador que olhe com muito carinho para aquela estrada que liga Amargosa a Brejões, duas cidades muito importantes do Vale do Jiquiriçá. E que eu tenho certeza que ele vai olhar com muito carinho, que a gente vai ter logo em breve a construção daquelas pontes e da estrada que liga Amargosa a Brejões que vai melhorar muito a economia daquele povo.

Mas eu quero aqui, Sr. Presidente, me solidarizar primeiro com o Coronel Reis que é um homem sério da polícia, que eu tenho certeza que logo, em breve, vão estar esclarecidas essas denúncias que estão sendo feitas contra ele. Eu acredito muito na honestidade e sinceridade do Coronel Reis que é um homem que eu conheço e que sei que faz um belo trabalho na Polícia Militar.

Quero me solidarizar ainda mais, com o meu amigo e quase vizinho, moramos no mesmo território no Vale de Jiquiriçá, deputado Zé Cocá que hoje pela

manhã foi surpreendido com esse problema que foi denunciado na imprensa, mas que eu tenho certeza Zé da sua lisura, da sua forma correta de administrar. Eu conheço Lafaiete Coutinho e sei que você transformou aquela cidade e que não é à toa que foi candidato a reeleição. Candidato único, um dos poucos na Bahia que conseguiu uma candidatura única a prefeito daquela cidade. E tenho certeza, que logo em breve vai estar esclarecendo tudo isso na justiça e vai estar com certeza fazendo parte da política da Bahia, sim, porque você é um homem sério, e pessoas sérias como você a gente quer ver todo tempo na política. É de pessoas como você que a Bahia e o Brasil precisam.

Então fique tranquilo, vá de cabeça erguida. Desde logo cedo quando eu soube fiquei muito preocupado, mas muito tranquilo porque sei que você é sério e vai provar isso logo em breve aí no decorrer do inquérito e do processo. E a Bahia toda vai ver o quanto você é correto e tem uma história muito grande e brilhante na política da Bahia.

O mais é desejar uma boa Páscoa a todos, dizer a vocês que fiquem em paz, que fiquem com Deus e que passem a Páscoa com a família, porque eu acho que é o momento de a gente, a cada dia, estar podendo...

O Sr. Soldado Prisco: Um aparte, deputado.

O Sr. DAL: Pois não, deputado.

O Sr. Soldado Prisco: Queria fazer uma saudação ao nosso amigo Zé Cocá, porque eu estive aí e acabei esquecendo. Tenha certeza, meu irmão, que, na política, pessoas sérias como você conseguem superar. Já passei também por situações parecidas e superei, porque você é um político sério, extremamente combativo.

Parabéns também ao deputado Dal por reconhecer e a toda a Bancada aqui por dar esse apoio, esse suporte a ele.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. DAL: Fique à vontade.

E finalizar, gente, dizendo a vocês que a Páscoa é o momento oportuno de a gente rever as nossas vidas e a cada dia poder viver em mais harmonia.

No mais, agradecer a todos e mais uma vez desejar uma boa Páscoa e um bom final de semana.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Zera o painel, por favor, e marca 15 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Targino, aqui visivelmente a gente já tem mais que 21 deputados. Então, acho que desnecessário.

Marca o tempo, por favor,...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, Sr. Presidente, o deputado Rosemberg não pediu nominal, Excelência, pediu visual. V. Ex.^a pode...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pediu para marcar, deputado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) marcar o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu não ouvi.

O Sr. Targino Machado: Verifique aí, excelência, as notas taquigráficas,...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Targino,...

O Sr. Targino Machado: (...) ele não solicitou, mas como estamos..

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) clima de Páscoa, deputado,...

O Sr. Targino Machado: (...) no clima da Páscoa e tal... Mas eu preciso registrar que eu não sou nem cego nem surdo. Eu vi... Eu posso até ser besta, e sou. Mas eu quero dizer a V. Ex.^a e aos dignos pares que amanhã é quarta-feira, não é feriado, e aqui estaremos dando presença.

Quero aproveitar deste expediente também para comunicar à Casa que estarei viajando amanhã à noite, estarei ausente até o dia 30 de abril, só retornando no dia 2 de maio. Vou com uma saudade doida, vou com uma saudade doida, porque não tem Europa melhor do que este plenário, esta Casa.

(O Sr. Deputado Rosemberg Lula Pinto fala fora do microfone)

Que Ordem do Dia, rapaz? Você está com febre? Você está com febre? Está com febre. Nos idos são-gonçalense, lá em minha terra, São Gonçalo dos Campos, eu diria assim: esse camarada é uma onda! Você é uma onda, rapaz! Querendo lançar moda aqui, é? Lançando moda! Proposta indecente. Você assistiu àquele filme *Proposta Indecente*, não é?

A Bancada da Oposição deve dar presença! A Bancada da Oposição deve dar presença!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, não havendo número legal, declaro encerrada a presente sessão.